

A Nossa África: a Mãe Expoliada¹

Mário Maestri²

Em memória de José Capela

Voltei ao Brasil, 1977, após ter terminado dissertação de mestrado sobre a história da agricultura africana no litoral angolano no século 16, no Centre d'Histoire de l'Afrique, da Universidade Católica de Louvain, Bélgica, antiga e terrível metrópole colonizadora da África Central.³ Segundo Mariana Schlickmann, aquele trabalho teria sido a primeira dissertação acadêmica sobre a África Negra defendida por um brasileiro.⁴ Naquela época, a história da África Negra era questão acadêmica quase exótica no Brasil. Em verdade, em 1977, éramos cinco africanistas, no todo, no Brasil. Conformavam esse quinteto o inesquecível sociólogo José Maria Nunes Pereira, do CEAA da UCM, falecido em 2015; o historiador congolês Kabenguele Munanga; o antropólogo angolano José Serrano e o professor de literatura Fernando Augusto Albuquerque Mourão, diretor da magnífica coleção de autores africanos apresentada pela Ática, todos eles da USP.

Ministrei o primeiro curso de História da África Pré-Colonial na Fundação Universidade de Rio Grande, em 1978-79; na Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro, em 1981-2, e na UFRJ, em 1982-4, onde iniciei a orientação da primeira dissertação de mestrado sobre a *rainha* Nzinga Mbundi e o tráfico negreiro na África Central, desenvolvida pela hoje africanista Selma Pantoja.⁵ O trabalho foi concluído e defendido sob a direção do historiador Ciro Flamarión Cardoso devido à minha transferência, por quatro anos, para a Itália. Destaque-se que se entende por África Negra Pré-Colonial os tempos que antecederam à colonização territorial daquele continente pelos europeus, no século 19. Naqueles anos, apenas iniciava, em forma tímida, o interesse pela história da África Negra não contemporânea, formando-se nos anos seguintes africanistas a conta-gotas. Entre eles, um dos primeiros foi o colega e amigo José Flavio Sombra Saraiva, que defendeu, no México, em 1985, dissertação sobre as relações entre a África e a América Latina, nos anos 1500-1980. Terminei

¹ Apresentada na sessão de abertura do I Colóquio sobre A História de África da Atlântica e a Educação, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 24 de maio de 2017. Agradecemos a gentil leitura da linguista Florence Carboni, da UFRGS.

² Professor titular do PPGH da UPF. maestri1789@gmail.com

³ MAESTRI, Mário. A agricultura Africana nos séculos XVI e XVII no litoral angolano. Porto Alegre: IFCH da UFRGS, 1978. 131 p.

⁴ SCHLICKMANN, Mariana. A introdução dos estudos africanos no Brasil. Uma análise da produção acadêmica brasileira na Área de História. 1959-1987. *XXVIII Simpósio Nacional de História*, Florianópolis, 2015.

⁵ GLASGOW, Roy. *Nzinga*. Resistência africana à investida do colonialismo português em Angola. 1582-1663. São Paulo: Perspectiva, 1982.

privilegiando em meu trabalho o estudo da escravidão colonial, objeto de minha tese de doutoramento, defendida igualmente no CHL da UCL, um pouco por falta de espaço de discussão. Definitivamente, uma andorinha não faz verão.

Hoje, quarenta anos mais tarde, podemos celebrar uma situação diametralmente diversa, acelerada sobretudo nos últimos anos, com já centenas de historiadores brasileiros africanistas, além de antropólogos, sociólogos, linguistas, etc. que se ocupam do tema em forma exclusiva ou parcial, formados na Europa, nos Estados Unidos e agora, em crescente número, no Brasil. Inúmeros cursos de graduação em História no Brasil possuem hoje em seu currículo cursos regulamentares ou optativos sobre a África, o que criou um sólido suporte para a dedicação e especialização de profissionais no tema. Não poucos historiadores e historiadoras reorientaram seus interesses para a história da África Negra, para suprirem essa nova demanda. São diversas igualmente as revistas acadêmicas dedicadas aos estudos africanistas e afro-brasileiros, além das tradicionais, entre as quais se destacam as agora clássicas publicações da UFBA, da USP e da UCM. Esse avanço qualitativo e quantitativo foi permitido em grande parte pela proliferação de cursos de pós-graduação no país, não poucos com orientadores desenvolvendo linhas de pesquisa centradas na África Negra Pré-colonial, Colonial e Contemporânea.

Nos últimos quinze anos, esses enormes avanços na formação de africanistas e na africanística brasileira recebeu o forte impulso direto e indireto dos importantes financiamentos federais concedidos, em forma algo desorganizada, aos estudos e iniciativas variadas relacionadas direta e indiretamente com as raízes afro-brasileiras de nossa história e sociedade. Nesse processo, desempenhou papel significativo a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que determinou a introdução no “conteúdo programático” dos “estabelecimentos de ensino fundamental médio, oficiais e particulares”, o “*estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional*”, tudo para resgatar a “*contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil*”.⁶ Sobre essa lei, voltarei a me referir mais adiante.

Para o impulso daqueles estudos contribuiu fortemente a crescente tomada de consciência e organização de facções da comunidade brasileira com alguma afro-descendência que se processou desde os últimos anos da ditadura militar, fenômeno demarcado pela fundação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, em 1978, em boa parte impulsionado pela esquerda marxista-revolucionária.⁷ O sucesso do lançamento, cinco anos antes, pelo historiador marxista sul-rio-grandense Décio Freitas, em pequena editora de

⁶ Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm

⁷ PEREIRA, Amílcar Araujo. *O Mundo Negro: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)*. Tese de doutoramento. PPGH UFF, Niterói Março/2010.

Porto Alegre, de seu livro *Palmares: a guerra dos escravos*, circunscrevia já o fortalecimento do interesse pelas raízes escravistas do passado brasileiro e pela questão negra no Brasil atual.⁸ Registre-se que aquele autor teve uma ampla sensibilidade para a influência da África Negra pré-colonial na história da escravidão no Brasil, com destaque para fenômenos como Palmares [1973] e a insurreição Malê de 1835 [1976].⁹ Décio Freitas fez parte de um escol de cientistas sociais que, desde os anos 1940, desbravaram as raízes escravistas e afro-brasileiras de nossa civilização, em oposição, mais ou menos frontal, às teses integracionistas de Gilberto Freyre: Edison Carneiro; Clóvis Moura; Benjamin Péret; Manuel Correia de Andrade, Octávio Ianni, Emília Viotti da Costa, etc.

As transformações na sociedade brasileira, nesses últimos trinta e cinco anos, devido aos fenômenos político-sociais internacionais e nacionais epocais ocorridos, com ápice em 1990, com a dissolução da URSS e a restauração capitalista nos países de economia nacionalizada e planejada, se reproduziram e se singularizaram fortemente no mundo político e social brasileiro e, nesse contexto, no mundo acadêmico e no seio das direções e dos segmentos negros brasileiros organizados. Foi forte a determinação por esse processo das visões e das orientações dominantes nos estudos afro-brasileiros e nas visões e representações sobre o passado africano. Nesse já longo período, não só cresceu o interesse nacional pela África, como também se modificaram as visões dominantes entre nós sobre as civilizações daquele continente e a própria sociedade escravista brasileira, não raro no sentido de verdadeiras *idealizações* interessadas dos fatos passados e de invenções de tradições.¹⁰

O passado africano é algo já ocorrido, imutável, que se apresenta ante nós como realidade a ser desvelada, em uma aproximação sem fim dos seus sentidos, conteúdos, nexos e decorrências. Entretanto, como em todos os domínios da história, é habitual a busca na África Negra de respostas que, de certo modo, investigadores e estudiosos já portam consigo, ao iniciarem a abordagem àquela realidade objetiva, devido a inclinações e determinações ideológicas conscientes, semi-conscientes e inconscientes. Portanto, não é de se estranhar que surjam, hoje, diante de nós, múltiplas e não raro contraditórias e antagônicas visões e representações sobre o passado da África Negra, suas sociedades, suas estruturas, suas culturas. Um exemplo desse fenômeno é o vivo debate mantido sobretudo nos anos 1970-80, que jamais se encerrou, sobre a existência de escravidão, na acepção clássica do tema, nas sociedades africanas domésticas.¹¹

⁸ FREITAS, Décio. *Palmares: a guerra dos escravos*. Porto Alegre: Movimento, 1973. 176 p.

⁹ Id. *Insurreições escravas*. Porto Alegre: Movimento, 1976. 102 p.

¹⁰ HOBBSAWM, Eric & RAGER, Terence. *A invenção das tradições*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 316 p.

¹¹ MEILLASSOUX, Claude. *L'esclavage en Afrique précoloniale*. Paris: François Maspero, 1975. 582 p.; LOVEJOY, Paul E. *Transformations in slavery: A history of slavery in Africa*. London New York, : Cambridge University Press, 1983.; MIERS, Suzanne & KOPYTOTT, Igor. *Slavery in Africa: historical and anthropological perspectives*. Wisconsin: University of Wisconsin, 1977.

A África Negra Civilizou o Brasil

O Brasil nasceu apoiado na escravidão ameríndia.¹² Entretanto, nos anos 1560, quando as populações nativas do litoral já esgotadas tendencialmente eram incapazes de sustentar a fome pantagruélica dos engenhos açucareiros em expansão, elas foram crescente e rapidamente substituídas pela escravidão negro-africana, fenômeno que se manteve até a extinção da instituição terrível, em 13 de maio de 1888, a certamente mais importante superação societária conhecida por nosso passado.¹³ O primeiro desembarque registrado, em Portugal, do tráfico atlântico de trabalhadores escravizados, foi em agosto de 1444, em Lagos, no sul de Portugal - 235 cativos, sobretudo berberes, mas também negro-africanos. Esse desembarque já registrou a depreciação racista negro-africana, que se consolidaria a seguir. “*era uma maravilhosa [extraordinária] cousa de ver (...) havia alguns de razoada brancura, fremosos [formosos] e apostos; outros menos brancos, que queriam semelhar pardos; outros tão negros como etiopes [tiópios], tão desafeiçoados assim nas caras como nos corpos, que quase parecia, aos homens que os esguardavam, que viam as imagens do hemisfério de baixo.*”¹⁴

O tráfico negro-africano transatlântico encerrou-se como atividade sistemática apenas nos anos 1860, com a derrota do sul escravista na Guerra de Secessão. Ele constituiu a maior transferência forçada de trabalhadores da história da humanidade. Mais de dez milhões de africanos e africanas, em geral jovens adultos, mas também adolescentes e crianças, foram arrancados sobretudo das costas da África Ocidental e chegaram com vida nas Américas. Estima-se que, para cada africano que chegou com vida em seu destino nas Américas, três teriam morrido na captura, transporte, detenção e viagem. De longe, o maior número de africanos feitorizados foi importado pelo Brasil-Portugal, com enorme destaque para os territórios americanos - mais de cinco milhões. Apenas na travessia África-Brasil teriam morrido em torno de oitocentos mil cativos! Números impressionantes, para hoje, e, mais ainda, para a realidade demográfica de então. Nos anos 1630, Portugal, país populoso e rico, teria pouco mais de um milhão e cem mil habitantes!¹⁵

O trabalho dos africanos escravizados literalmente civilizou o Brasil, no sentido proposto por Bernardo de Vasconcelos, furibundo escravista, nos anos 1840, ao defender aquela nefanda atividade, que sofria então o ataque do governo

¹² MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580*. Tradução: Carlos Lacerda. 2. Ed. São Paulo: Nacional, 1980. 135 p.; MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 300 p.; MAESTRI, Mário. *Os senhores do litoral: conquista portuguesa e genocídio tupinambá no litoral brasileiro. [século XVI]*. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

¹³ MAESTRI, Mário. 1888: A Revolução Abolicionista no Brasil. Revista Invisível, Lisboa, ano 1, número 1, outubro de 2012, p. 40-49. <https://pt.scribd.com/document/201305509/Revista-Invisivel-Edicao-Um>

¹⁴ ZURARA, Gomes Eanes da. *Crónica de Guiné*. Segundo o ms. de Paris. Modernizada. Introdução, notas, novas considerações e glossário de. Barcelos: Civilização, 1973. p. 122.

¹⁵ Voyages. Le Transatlantic Slave Trade Data Base. <http://www.slavevoyages.org/about/>

inglês, interessado em reorientar o comércio da costa para a produção de mercadorias necessárias à manufatura britânica em permanente crescimento. Durante o período escravista, a produção mercantil nos campos; a produção artesanal e doméstica nas cidades; os meios de transporte fluviais e de cabotagem, etc. foram sustentados quase totalmente por africanos e africanas escravizados.¹⁶ Até 1850, quando se interrompeu abruptamente o contato secular e permanente entre a África e o Brasil, foi necessário que cativos e cativas fossem despejados, aos borbotões, como animais, nos grandes portos das costas do Brasil, para que a economia escravista colonial se expandisse.¹⁷ No Brasil, os principais portos de chegada de africanos e africanas foram, em ordem decrescente, o Rio de Janeiro (Sudeste): c. 2.264.000; Salvador (Bahia) c.1.550.000 e Recife (Pernambuco) c. 854.000.¹⁸

De 1850 praticamente até a agonia da escravidão, o tráfico transatlântico foi substituído pelo interprovincial, ainda pouco estudado.¹⁹ O trabalhador escravizado pautou a história econômica e social do Brasil e determinou profundamente sua história política. Em boa parte, foi o braço trabalhador escravizado que garantiu a expansão das fronteiras do Brasil lusitano em detrimento dos territórios espanhóis. A própria unidade nacional do Brasil, em 1822, quando da crise colonial, deveu-se a organização social escravista dominante no país.²⁰ Em forma implícita e explícita, a escravidão foi a grande questão social que dominou praticamente todo o Primeiro e Segundo Reinado.²¹

A rusticidade da economia negreira e o caráter colonial e semi-colonial da formação social escravista, até 1888, exigiam, para a produção, reprodução ampliada e acumulação da economia escravista, uma extração muito elevada de sobre-trabalho do produtor direto feitorizado. Ou seja, que ele trabalhasse o máximo e consumisse o mínimo possível, em alimentação, vestuário, moradia, cuidados médicos, etc. As condições médias de trabalho e de existência na produção escravista consumiam, em relativamente poucos anos, a vida produtiva e biológica dos cativos, sobretudo ligados às atividades mercantis.²² Com destaque para o Brasil, para seguir funcionando, a produção negreira apoiou-se,

¹⁶ GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 4 ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2010. 625 p.; FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: a continuação de Casa Grande & Senzala*. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 1996. 758 p.

¹⁷ CALDEIRA, Arlindo Manuel. *Escravos e traficantes: no Império Português: O comércio negreiro português no Atlântico durante os séculos XV e XIX*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013. 369 p.

¹⁸ Voyages. Le Transatlantic Slave Trade Data Base. <http://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>

¹⁹ CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985. 207 p.

²⁰ ANDRADE, Manuel Correia de. *As Raízes do Separatismo no Brasil*. São Paulo: UNESP – EDUSC, 1999. 198 p.

²¹ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975. 394 p.

²² GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 5 ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2014.

sempre, na exploração de cativos chegados *prontos* da África e, nas suas últimas décadas, após 1850, em trabalhadores fornecidos, também em idade produtiva, pelo tráfico interprovincial.

A reprodução natural da população escravizada jamais desagradou aos escravistas. Entretanto, eles não investiam no nascimento e na criação de filhos dos cativos, nem mesmo com fins produtivos, devido aos custos que tal iniciativa comportava. Para isso, seriam necessários cuidados relativos com as gestantes e seus filhos e, no mínimo, uns treze anos para que um nascido na escravidão ingressasse na fase produtiva plena. Um cálculo enquadrado também pela enorme taxa de mortalidade infantil da época, agravada no caso da população servil. Outra dificuldade para a expansão vegetativa da população escravizada era que apenas em torno de 35%, ou seja, pouco mais de um terço, dos cativos chegados às Américas eram mulheres. No total do tráfico, quase oitenta por cento eram adultos e jovens e uns vinte por cento, crianças.²³ Aquela realidade não impediu que algumas atividades, com destaque para a produção pastoril no sul do Brasil, ensejassem condições para a reprodução vegetativa, sem maiores esforços e preocupações para os escravistas, outra realidade, salvo engano, praticamente não estudada.²⁴

Em palavras simples, através do comércio transatlântico, o escravismo transferia para a sociedade africana o custo de produção do trabalhador escravizado, que chegava, em forma geral, nas costas do Brasil, em plena idade produtiva. Essa rapinagem alavancava o lucro do traficante e a acumulação do escravista. Se o tráfico atlântico de trabalhadores escravizados civilizou, ou seja, organizou e impulsionou a economia e a sociedade mercantil no Brasil, ele desorganizou patologicamente o processo de civilização ascendente do continente africano. Uma realidade questionada, ontem e hoje, por estudiosos que procuram consciente ou inconscientemente negar ou minimizar as terríveis sequelas ensejadas pelo tráfico negreiro europeu e americano às comunidades africanas.

Modo de produção doméstico-aldeão

Acreditamos que o tráfico negreiro tenha desorganizado profundamente o desenvolvimento secular da África Negra. Em meados do século 15, enormes regiões daquele continente estruturavam-se a partir do que foi definido como “modo de produção doméstico-aldeão” ou “de linhagem”.²⁵ Já naquele então, as

²³ Estatísticas Resumidas. Ob.cit. <http://www.slavevoyages.org/voyage/search>

²⁴ COUTO, Mateus de Oliveira. *A pia e a cruz: A demografia dos trabalhadores escravizados em Herval e Pelotas (1840-1859)*. Passo Fundo: UPF, 2011. 256 p.

²⁵ MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995; MEILLASSOUX, Claude. *Mulheres, celeiros & capitais*. Porto, Afrontamento, 1977. 271 p.; MILLER, Joseph C. *Poder político e parentesco: os antigos Estados mbundu em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional/Ministério da Cultura, 1995; VANSINA, Jan. *Lignage, ideologie et histoire en Afrique Equatoriale*. Etiquetes et documents d'histoire africaine. Les sociétés de la forêt equato rial. Louvain : Centre d'Histoire de L'Afrique, 4 (1980):

sociedades africanas organizavam-se a partir de diversas formas de comunidades aldeãs domésticas patriarcais, de artesãos, pastores, caçadores, coletores e agricultores, com destaque para a última atividade, apoiada na metalurgia do ferro. A *família ampliada* era a célula produtiva e de consumo de base da sociedade aldeã-doméstica. Ela era formada pelo *patriarca*, por suas esposas, por seus descendentes e seus agregados.

A família celular era formada pelos pais e seus filhos. Ela desempenhava um papel significativo na aldeia. Os homens ricos eram *políginos*, ou seja, tinham mais de uma esposa. Os aldeões pobres eram monógamos e, em casos extremos, solteiros. Algumas famílias ampliadas e nucleares, organizadas no contexto *linhageiro*, podiam constituir uma aldeia. Diversas aldeias, reunidas, formavam uma “*cheferia*”, ou seja, uma rústica formação estatal sob o controle de um chefe. Diversas *cheferias* constituíam um reino, de irregular extensão. O grupo étnico era o conjunto de aldeões de mesma cultura, língua, religião, etc. Ele era uma importante base no processo de ampliação da extensão das organizações estatais africana. A partir das aldeias, *cheferiais* e reinos formaram-se verdadeiros impérios, como veremos a seguir.

Nas formações domésticas africanas, praticava-se a divisão sexual dos trabalhos e desconhecia-se a propriedade privada da terra, que era domínio da aldeia e era usada segundo normas comunitárias em geral aplicadas pelo chefe aldeão. A terra era um bem indivisível, tido como pertencente a todo o corpo social: aos membros da sociedade que já haviam morrido, aos que viviam e aos que ainda não haviam nascido. As aldeias eram governadas pela assembléia dos pais de família. Comumente, possuíam um chefe, que pouco se diferenciava do resto dos aldeões. Ele gozava de privilégios mas não se furtava, em geral, às atividades produtivas. Todo membro de uma comunidade tinha acesso à terra e a seus produtos, mesmo os “agregados”. A produção doméstica africana era de padrão camponês, com cada núcleo familiar produzindo a quase totalidade dos bens necessários à sua subsistência e escoando a produção excedente localmente, mais comumente no seio da própria aldeia. Na faixa sudanesa, a agricultura passara crescentemente a ser tarefa masculina; na África Central banto, ao sul do Equador, a horticultura era sobretudo tarefa feminina. Havia algumas profissões especializadas, como a de ferreiro.²⁶

Obtinha-se através do comércio gêneros não produzidos localmente, com destaque para o sal, a pesca, o gado. As sociedades aldeãs conheciam contradições sociais não-classistas, limitadas sobretudo pelo acesso universal ao uso da terra. O surgimento de formas de exploração privadas e comunidades mais complexas era bloqueado pela forte coesão interna das famílias e das aldeias rurais, apoiada, mais uma vez, na posse coletiva da terra. As comunidades aldeãs domésticas não eram igualitárias. As famílias ampliadas eram dominadas pelos

133-55.

²⁶ SILVA, Juliana Ribeiro da Silva. *Homens de ferro: os ferreiros na África central no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011. 206 p.

patriarcas e as nucleares, pelos maridos. Os homens adultos e casados exerciam uma forte autoridade sobre as mulheres, as crianças, os jovens solteiros e os agregados de suas famílias. A administração política era um privilégio masculino exercido pelos patriarcas e pelos homens casados, como vimos. Havia oposições étnicas, sobretudo no seio das importantes formações tributárias nascidas do comércio de longa distância, como veremos a seguir. Essas formações tributárias eram já formações sociais classistas formadas por comunidades aldeãs de famílias nucleares e ampliadas, exploradas por classe dominante com funções administrativas que, sem a posse da terra ou direitos de propriedade-domínio sobre os súditos, detinham o direito de tributar as comunidades aldeãs, as populações submetidas e o comércio de longa distância.

Nas sociedades negro-africanas - ao igual de enormes parcelas da civilização mundial que conheciam ou haviam conhecido o mesmo estágio civilizatório, devido ao escasso desenvolvimento das forças produtivas materiais, como tecnologia, ferramentas, etc. -, a produção dependia essencialmente da força de trabalho masculina e feminina. O número de braços dimensionava o poder e a riqueza de uma sociedade. Razão pela qual as sociedades africanas sempre resistiram em exportar como cativos mulheres jovens, que eram preferencialmente incorporadas à estrutura familiar-aldeã como esposas. O que superava relativamente a necessidade de vigilância sobre essas mulheres *estrangeiras*. São as mulheres púberes e férteis, não os homens, que determinam a taxa de expansão de uma comunidade e, portanto, a sorte demográfica de uma sociedade. Quanto maior fosse o número de mulheres de um patriarca, mais produtos recebia de suas esposas, mais filhos tinha para sustentar seu prestígio, mais filhas controlava para negociar como esposas. Era, portanto, na sociedade doméstica africana, um homem poderoso e rico.

Circulação de Cativos

A importância da força de trabalho ensejou uma muito desenvolvida circulação de cativos e cativas nas comunidades doméstico-aldeãs. Prisioneiros de guerra, membros de famílias em extinção, condenados pela justiça aldeã, devedores inadimplentes, etc. tinham seus vínculos familiares, aldeãos e de linhagem rompidos, quando os tinham, e eram introduzidos, como *cativos*, em uma vasta rede de circulação e trocas que os afastava dezenas e até mesmo centenas de quilômetros de sua terra natal. Durante esse processo, os cativos e cativas, não poucos de escassa idade, encontravam-se totalmente desprotegidos, podendo, até mesmo, ser mortos. Porém, em imensa maioria, esses cativos eram inseridos como *esposas* ou *agregados* em uma família de uma comunidade aldeã, em geral distante, onde passavam a constituir membros minorados da mesma e da sua linhagem, com deveres e direitos consuetudinariamente delimitados.²⁷ Os cativos agregados à família ampliada e à linhagem tornavam-se uma espécie de

²⁷ MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão* : o ventre de ferro e dinheiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

jovens eternos que deviam, também como seus filhos, obediência e obrigações ao patriarca. Entretanto, em duas ou três gerações, essa minoração era superada, restando porém as sequelas de uma ascendência curta.

Em geral, a comunidade que punha em circulação um cativo ou uma cativa, recebia em troca um outro. O que ensejava em geral uma troca de resultado zero. Essa aparente contradição, uma troca que à primeira vista não levaria a nada, ensejou que sobretudo antropólogos vissem nesse movimento meras negociações simbólicas. Havia, porém, um forte substrato econômico nessa ampla circulação. Longe da terra natal, sem a proteção da sua família e de sua linhagem, as “esposas” e os “agregados” eram obrigados a um maior trabalho e a um menor consumo, em favor do “marido” ou do pai *sociológico*, ou seja, o patriarca. Portanto, cativos homens e mulheres, quanto mais longe estivessem de sua comunidade, maior valor tinham, devido à dificuldade da fuga e ao afastamento da proteção da família-linhagem de origem. O que reduzia a preocupação com a fuga. Essa produção de cativos, inseridos como agregados e esposa, não debilitava a economia africana, aumentando, ao contrário, sua produtividade, já que eles eram obrigados a trabalhar mais e consumir menos, como vimos. Era uma forma de aumentar a exploração possível no contexto das relações não classistas de dominação. Apenas em caso de necessidade, o patriarca podia *vender* o agregado, processo facilitado se ele não tivesse ainda formado relações familiares no seio da linhagem.

Os europeus assimilaram essas formas servis domésticas à escravidão colonial e serviram-se delas para produzir cativos a serem exportados. Os próprios africanos apontavam a diferença abismal entre os agregados africanos tradicionais e os cativos coloniais. O cirurgião escocês Mungo Park, que penetrou os sertões africanos à procura da nascente do Níger, em 1795, observou que os patriarcas africanos não podiam matar ou vender a um estrangeiro um agregado, a não ser como castigo de um grave crime. Esses *escravos* detinham igualmente direitos de propriedade e só podiam ser castigados moderadamente.²⁸ O missionário Giovanni Antonio Cavazzi, natural de Montecucolo, na Itália, chegou à Luanda, em novembro de 1654, vivendo por três anos em Angola. Ele observou, perplexo: "*No reino do Congo, o número de escravos é quase igual ao de pessoas livres. Há, porém, grande diferença entre os escravos dos portugueses e os dos pretos. Os primeiros obedecem não só às palavras, mas até aos sinais, receando sobretudo ser levados para o Brasil. (...) Os escravos dos pretos são obstinados, insubordinados.*"²⁹ Essa circulação institucional de cativos e cativos sustentou em forma substancial os quatro séculos de tráfico negroiro.

A exportação de um “cativo” através do Atlântico transferia para as Américas um produtor, preferencialmente maduro, sem contrapartida produtiva do valor investido pela comunidade aldeã em sua formação. Em geral, os cativos

²⁸ PARK, Mungo. Voyage dans l'intérieur de l'Afrique. France: Maspéro, 1980. p. 51-2.

²⁹ CAVAZZI, João António de Montecucolo. Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965. l.

eram trocados nas costas africanas por um “pacote” de bens composto de armas, munição, pólvora, tecidos, fumo, bebidas e quinquilharia. Após as guerras napoleônicas (ca.1799-1815), centenas de milhares de fuzis usados foram enviados para serem negociados em troca de cativos nas costas africanas. As armas aumentaram em algo as fundamentais práticas venatórias africanas, facilitando o abatimento de grandes animais e a proteção dos rebanhos. Porém, colocaram as comunidades do litoral que as haviam obtido dos comerciantes europeus em condição de se dedicarem, em forma permanente ou episódica, à produção de cativos para um tráfico que se estendeu ao interior do continente africano, alcançando regiões que os europeus conheceriam apenas a partir de meados do século 19. Quando se estabeleceram no litoral africano castelos, fortes e feitorias escravistas européias, as comunidades africanas foram em geral obrigadas a se armarem, para não se dissolverem e terminarem pasto do comércio negreiro. E, para tal, passaram, igualmente, a produzir cativos para o tráfico. Muito logo, os produtos europeus, com destaque para as armas de fogo, pólvora, bebidas alcólicas e tecidos, passaram a ser mercadorias de prestígio negociadas por comerciantes africanos em regiões do continente a centenas de quilômetros do litoral.³⁰

Estados Escravizadores

Sobretudo nas costas do Golfo da Guiné, surgiram verdadeiros estados escravizadores fortemente armados, que tiveram seu poder grandemente assentado no comércio intercontinental de trabalhadores escravizados - Dahomé-Abomey, Reino de Oiô, etc. O reino de Oiô enviava periodicamente seus poderosos exércitos para razeir as regiões próximas, a fim de produzir cativos. O reino de Abomei-Dahomé chegou a enviar, em 1750, 1795, 1805, 1810 e 1820, embaixadas ao Brasil-Portugal, para tratar questões atinentes ao tráfico, entre elas, o monopólio com aquela região, o que não era de interesse dos negreiros luso-brasileiros.³¹ A oposição aos lusitanos e holandeses de Nzimnga Mbundi, a célebre rainha *Ginga*, na atual Angola central, nasceu da tentativa de manter sob controle africano o tráfico de seres humanos com a costa, então questionado pelos lusitanos. Quando Nzimnga teve essa reivindicação atendida, estabeleceu profícuas e duradouras relações com os negreiros lusitanos.³²

A participação essencial de segmentos africanos no tráfico negreiro intercontinental tem impactado sobretudo membros da comunidade negra organizada, que vêem esse comportamento como uma traição à *comunidade*

³⁰ CAPELA, José. *Escravidão: a empresa de saque, o abolicionismo (1810-1875)*. Porto: Afrontamento, 1974. 306 p.

³¹ PERÉS, Luis Nicolau. *Cartas do Daomé: uma introdução*. Afro-Ásia, n.47, Salvador, 2013. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0002-05912013000100009; VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: do século XVII ao XIX*. Tradução: Tasso Gadzanis. São Paulo: Corrupio, 1987. 718 p.

³² MAESTRI, Mário. *História da África negra pré-colonial*: Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

negra e *africana* daquele então ou que se esforçam para negar ou minimizar aqueles sucessos. Trata-se de visão que se apoia em pressupostos românticos e reconstruções ideológicas sobre o passado. As sociedades da África Negra se organizavam e se comportavam ao igual que todas as comunidades humanas, segundo as circunstâncias e contradições presentes. Como vimos, havia os dominadores e os dominados. Em forma geral, a população do continente não se organizava segundo uma identidade *negra* ou *africana*, do mesmo modo que a população do continente europeu, no passado e no presente, não se organizou segundo uma identidade branca. Não havia qualquer consciência sobre o continente africano como uma *totalidade*, que estaria em contradição com a Europa e a América. Nem a cor da pele - variada no continente - identificava as comunidades. Em verdade, assim como em outras partes do mundo, os habitantes dessa região não se viam como negros e se enquadravam socialmente segundo suas *posições* na produção-sociedade - agricultores, pastores, caçadores, etc.; patriarcas, esposos, esposas, agregados; suas linhagens e fchas etárias, etc.

A instalação, a partir dos anos 1450, de um rosário de feitorias na costa oeste africana, primeiro portuguesas, a seguir holandesas, inglesas, dinamarquesas, etc. resultou igualmente em um golpe devastador no processo de desenvolvimento das civilizações africanas, com destaque para o Sudão Central e Ocidental, em forte impulsão ascensional. Travou-se, então, uma luta à morte entre as caravelas, nos mares, e as caravanas, nos desertos. Os estabelecimentos europeus, com produtos melhores e mais baratos, desviaram para a costa as caravanas que praticavam o comércio de longa distância, de ouro, marfim, cativos, etc., que havia séculos cruzavam o Sahel e chegavam ao Sudão. Essas rotas de longa distância, que ligavam sobretudo o Magrebe à Banda Sudanesa, haviam ensejado a constituição de formações estatais tributárias negro-africanas crescentemente refinadas, com destaque para o Reino de Ghana [séc. 4-8 n.e.] e os Impérios de Mali [séc. 13-14 n.e.] e de Songai. [séc. 15-16]. No seio delas, desenvolviam-se a formação de exército profissional, o refinamento administrativo, a superação da propriedade comunal da terra e dos laços étnicos, aprofundando-se a produção e os laços mercantis. Com a dissolução ou involução daquele comércio, entrou em crise e se dissolveu o Império de Songai, a última daquelas importantes formações apoiadas fortemente na percepção de tributos sobre o comércio transaariano.³³

Concomitante a esse processo, em algumas regiões africanas, como territórios das cidades-Estados hauçás, nas proximidades das importantes cidades como Tombuctu, Djenne, etc. a terra iniciava a ser apropriada privadamente e se desenvolvia um artesanato voltado predominantemente à comercialização.³⁴ Tratava-se de processo que apontava para a dissolução da organização de linhagem e do domínio aldeão da terra e, portanto, para formas sócio-produtivas mais especializadas, mais complexas e mais avançadas. Ainda que outras

³³ NIANE, Djibril Tamsir. *Le Soudan Occidental* : au temps des grands empires. XI - XVIe. siècle. Paris: Présence Africaine, 1975.

³⁴ CAILLIÉ, René. *Voyage à Tombuctu*. Paris: François Maspero, 1979. 2 v.

importantes formações estatais africanas tenham surgido nos séculos seguintes, elas já não estavam inseridas em forma positiva nas trocas comerciais mundiais que haviam apoiado o progresso dos Estados anteriores. As influências nefastas diretas e indiretas assentadas pela consolidação do comércio negreiro europeu ao longo da costa africana mantiveram-se, em forma mais e mais significativa, desde seu início em 1444 até sua interrupção nos anos 1860, com a vitória do Norte anti-escravista na guerra da Secessão nos USA. Naquele então, no interior do continente, já se processava a substituição do comércio africano de trabalhadores pela produção e escoamento de mercadorias necessárias às indústrias européias, que anunciariam a conquista territorial imperialista européia do continente africano, acelerada a partir dos anos 1850, com suas terríveis sequelas.

Máquinas de Trabalho

Africanos e africanas, de múltiplas regiões da África Negra, desembarcavam aos borbotões na costa do Brasil, sem despertar nos escravistas luso-brasileiros e brasileiros e em seus ideólogos literalmente nenhuma curiosidade sobre suas civilizações, culturas, línguas, religiões, etc. Pragmáticos, eles viam no Continente Negro apenas a sementeira que fornecia em forma incessante braços para uma labuta forçada sem fim em suas propriedades. Quando muito, os escravistas e seus ideólogos construíram visões preconceituosas sobre qualidades naturais diferenciais daquelas populações. Em alguns poucos momentos singulares, devido às necessidades da gestão da produção escravista, ensaiaram a elaboração de manuais sobre línguas africanas supostamente em uso cotidiano em determinadas regiões no Brasil. Praticamente 50% dos africanos e africanas desembarcados com vida nas Américas, provenientes da África Centro-Ocidental, falavam línguas bantos. Os jesuítas, que se dedicaram com afinco ao estudo do tupi-guarani, não fizeram quaisquer esforços para aprender as línguas dos africanos que chegavam ao Brasil. Quando ministrada, a catequese sumária era feita em português, língua que, provavelmente, boa parte dos africanos conheceu apenas em forma rudimentar.

Mais comumente, os africanos desembarcados nas Américas eram denominados segundo os portos e regiões de embarque na África - da Costa, Angola, Benguela, Moçambique, etc. Os cativos “minas” recebiam o nome do Forte São Jorge da Mina, no golfo da Guiné, assim denominado por que os lusitanos esperavam desviar para ali o rico comércio aurífero que cruzava o Sudão Ocidental. Como proposto, eles eram vistos como meras peças da engrenagem do escravismo colonial, a serem consumidas na produção e, nesse processo, financiar novas importações e a acumulação e reprodução ampliada da economia escravista colonial. Essa impressionante ignorância-despreocupação sobre os milhões de negro-africanos que foram arrastados ao Brasil sustentava a compreensão dos mesmos como seres racial e intelectualmente inferiores, visão funcional à racionalização da terrível sorte a que eram conscientemente submetidos através da violência.

Nossa África, a Metabolização Escravista

Os africanos escravizados contribuíram de modo essencial para a formação da sociedade brasileira. Não se tratou, porém, como não raro proposto ou compreendido, de um componente que entrou na formação da cultura e da história do Brasil, ao lado de outros, como o dito aporte ameríndio, português e de outras nacionalidades européias menores, chegada ainda antes de 1888. A civilização brasileira jamais foi, como proposto e sugerido, a fusão simples ou superposição dos aportes culturais das ditas três raças fundadoras de nossa nacionalidade, a nativa, a africana, a européia, ainda que isso seja, até certo ponto, correto, do ponto de vista biológico. A compreensão de nosso passado não exige a simples inclusão dos substratos esquecidos ou relegados das populações americanas nativas e africanas, como sugere e propõe, a referida Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

No longo período histórico que antecedeu a Abolição, a antiga formação social brasileira foi construída e determinada, nos seus mais profundos aspectos, *pela organização social escravista*, que tinha, como elemento fulcral e determinante, a força de trabalho, de longe majoritariamente africana e afro-descendente. Por além das similitudes aparentes, mesmo os lusitanos que aqui chegaram e se enraizaram foram profundamente metamorfoseados e metabolizados, em relação aos seus patrícios europeus, pela produção escravista colonial. Se a analogia procede, *portugueses* de Portugal e *portugueses* do Brasil foram irmãos que cresceram e foram educados em casas diversas, sob influência fortemente divergentes. Por além das aparências, Portugal e Brasil foram sempre e seguem sendo mundos essencialmente diversos. O mundo do trabalho português conhece a liberdade há mais de setecentos anos, quando Portugal superou totalmente a servidão da gleba. No Brasil, há apenas 130 anos, o trabalhador não era o servo, mas a propriedade de seu explorador.

Provenientes de múltiplas regiões, com destaque para a África Centro-Ocidental, o africano e a africana que desembarcaram nas costas do Brasil conheceram uma metabolização pela ordem escravista colonial ainda mais radical. No processo de inserção no mundo escravista, viram trituradas, engolidas, assimiladas, a liberdade que conhecia no continente negro, seus laços familiares e de linhagem, as línguas que praticavam, as relações societárias em que estavam inseridos, as atividades, os costumes e crenças que aprendiam e professavam, expressão dos processos sociais e materiais em que estavam inseridos. Nossa aproximação do Brasil escravista e, ainda mais, da África da época do tráfico e das populações africanas que construíram literalmente nosso país, deve se dar no contexto da compreensão da fratura escravista colonial.

A procura ou reconstrução de laços e raízes africanos culturais, étnicos e históricos intocados enseja inevitavelmente a construção de Áfricas imaginárias, não raro, *ad hoc*, que correspondam às necessidades e propostas político-ideológicas que, muitas vezes, mesmo em forma inconsciente, procuram negar

ou saltar sobre nossas raízes históricas essenciais, ou seja, a mais desenvolvida e longeva ordem escravista colonial negro-africana.

Como proposto, constituem uma quimera perigosa as propostas de inserir elementos de cultura africana e afro-brasileira em nossos currículos que terminam se restringindo às propostas tradicionais da contribuição negro-africana na música, na dança, no carnaval, na culinária. Mais grave ainda, tal proposta sugere que esse passado e essa tradição pertenceriam exclusivamente às frações da população brasileira que possuem alguma ascendência afro-brasileira, em contraposição àquelas que não a possuísem, mas fossem de outras *tradições culturais*. São correntes já no Brasil propostas do monopólio de expressões da cultura africana - mais comumente inventadas - à população com alguma ascendência africana [apropriação cultural]. A quase “guerra dos turbantes”, a que assistimos há alguns meses, é um exemplo dessa realidade.³⁵

Temos que resgatar a história real da formação social brasileira, que não tem na escravidão e na África Negra uma de suas páginas, ao lado de tantas outras, mas tem ali a estrutura vertebral que constituiu e consolidou sua civilização. Trata-se de um passado e um patrimônio, que seguem vivos, que envolvem a todos os brasileiros, não importando suas origens étnicas, mesmo pesando, certamente, em forma mais forte, os aspectos negativos dessa herança sobre as comunidades com forte afro-ascendência, sobretudo as mais pobres. De um modo e de outro, todos os brasileiros foram e são ainda aleitados por esse passado que dividiu nossa nação em duas grandes classes antagônicas, escravizadores e escravizados, torturadores e torturados. Somos todos, nesse sentido, ainda hoje, descendentes de escravistas e de escravizados, segundo a situação social em que estamos inseridos e as visões de mundo que abraçamos, e não devido às nossas múltiplas ou singulares ascendências étnicas.

Artigo recebido em 27.8.2017

Aprovado em 11.10.2017

³⁵ MAESTRI, Mário. A guerra dos turbantes. *Sul21*, Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2017, https://www.academia.edu/31632572/A_Guerra_dos_Turbantes_-_por_Mário_Maestri